

A INTERTEXTUALIDADE COMO RECURSO DE ARGUMENTAÇÃO

Regina Mafalda Denardin Frasson

A presença da intertextualidade em várias manifestações da linguagem é fato que desperta interesse na investigação de sua força argumentativa. A que estaria ligado esse recurso?

A frequência das relações intertextuais em textos científicos, religiosos, políticos, pedagógicos, jurídicos, jornalísticos, publicitários, humorísticos, aponta uma possibilidade de resposta. Trata-se de um recurso argumentativo onde a incorporação de vozes de enunciadores diversos, a contínua retomada de asserções do outro confirmam o fenômeno da intertextualidade.

Buscando chegar a uma compreensão do fenômeno lingüístico que é o texto, este trabalho pretende estabelecer uma relação entre intertextualidade e argumentação, enfocando a intertextualidade como um modo de argumentar, ou seja, como recurso a serviço da argumentação.

Acredita-se que a retomada de textos é capaz de re-significar o já-dito, abrindo perspectivas para outras significações, podendo opor-se ou acrescentar novos sentidos, novas direções.

A ARGUMENTAÇÃO

A argumentação consiste na apresentação de argumentos, raciocí-

nios, através dos quais se pretende obter determinados resultados. Ela está presente em todo discurso, constituindo uma ação pela linguagem, sendo o objetivo dessa ação, muitas vezes, a persuasão. Charolles¹ considera que há argumentação sempre que um agente (individual ou coletivo) produz um comportamento destinado a modificar ou a reforçar as disposições de um sujeito (ou conjunto de sujeitos) com relação a uma tese ou conclusão. Dessa forma, entende que a argumentação consiste em um modo particular de interação humana. Retomando Perelman, o autor ratifica que qualquer conduta de argumentação supõe a operacionalização, por um agente-argumentador, de meios para atingir um fim, ou seja, provocar ou aumentar a adesão do interlocutor às teses apresentadas ao seu assentimento. Desse modo, chama argumentos ao conjunto de meios ou instrumentos utilizados por um agente para sustentar sua tese.

Considerando também a argumentação como um modo de interação humana, no sentido de que aquele que argumenta pretende interferir sobre as representações ou convicções do outro, com o objetivo de modificá-las ou aumentar a adesão a tais convicções, Geraldí² considera fundamentais três aspectos:

- a) a argumentação é uma *atividade*;
- b) a argumentação se dirige a *sujeitos*;
- c) a argumentação procura *modificar as motivações que o locutor imagina responsáveis por determinadas ações*.

Esses aspectos configuram, sem dúvida, a presença da *interlocução* no discurso. Assim, é evidente a importância que deve ser dada à figura do interlocutor, considerando que a escolha de argumentos ou contra-argumentos, a sua hierarquização podem influir decisivamente na argumentação.

Situando a argumentação num campo mais amplo, Geraldí considera-a como *atividade estruturante do discurso*. Destaca o autor que, para a análise de um discurso, produto resultante da interação locutor/interlocutor, deveria ser considerado: a) que a participação do locutor na construção do discurso está vinculada a uma formação ideológica de que ele faz parte; a uma instância discursiva específica onde se deu tal construção; aos conhecimentos que possui sobre o tema do discurso; à condição específica de sua fala, correspondendo esses aspectos e outros ao que se tem deno-

¹ CHAROLLES, Michel. Les formes directes et indirectes de l'argumentation. *Pratiques*, (28):7-43, out. 1980.

² GERALDI, João Wanderley. Tópico – comentário e orientação argumentativa. In: *Sobre a Estruturação do Discurso*. Campinas: IEL, 1981.

minado *condições de produção*; b) que a participação do interlocutor na construção do discurso também está vinculada a uma formação ideológica de que faz parte; à mesma instância discursiva específica onde se deu tal construção, aos conhecimentos que possui sobre o tema, enfim, às condições para a recepção do discurso. Em decorrência, Geraldi considera que os *argumentos* resultam das condições específicas de produção de um dado discurso, podendo, em certo sentido, ser exteriores a ele, “*porque pré-existem a esse discurso específico na qualidade de ‘fatos’, de ‘dados’, de ‘conhecimentos’, ‘memória’ etc.*”³ O autor ressalta que o que transforma tais “coisas” em argumentos, é a *argumentação*, ou seja, a *atividade de estruturação dos “fatos”, “dados” etc.*, e é neste sentido que a considera como atividade estruturante.

Geraldi utiliza, desse modo, a palavra *argumentação* nos três sentidos apontados por Anscombre e Ducrot⁴, transcrevendo-os:

argumentar poderia significar: 1) dizer A para que o destinatário pense C; 2) dizer A a fim de que o destinatário conclua C; e 3) apresentar A como devendo conduzir o destinatário a concluir C.

Apontando pesquisas da Semântica Argumentativa, em que tem sido mostrada a função argumentativa da linguagem, Geraldi cita Ducrot quando este afirma que *há marcas na estrutura mesma do enunciado*, e que o valor argumentativo de uma frase não se refere apenas às informações que ele veicula, mas pode comportar morfemas e expressões que servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado.

Nessa perspectiva, deve-se considerar, portanto, que mecanismos linguísticos são postos em ação pela argumentação, sendo importante detectar os elementos ou operadores que permitem tal estruturação.

Koch, apoiada em Ducrot, parte do postulado de que a argumentação está inscrita no uso da linguagem e adota a posição de que a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, admitindo que a

progressão deste se dá por meio de articulações argumentativas, de modo que se deve considerar a orienta-

Idem, p. 71.

ANSCOMBRE, J.C. et DUCROT, O. L'Argumentation dans la Langue. *Langages*, 42, p. 5-27. 1976.

*ção argumentativa dos enunciados que compõem um texto como fator básico de coesão e coerência textuais.*⁵

Muitos lingüistas têm-se preocupado em estudar a função argumentativa da linguagem, destacando que o homem usa a língua não só para se comunicar com seus semelhantes, mas para atuar sobre eles de diversas maneiras, ou seja, para interagir através do discurso. Assim, a linguagem é vista como *ação*, ação que se estabelece sobre o outro e sobre o mundo.

A INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade configura-se como um fenômeno traduzível em termos de *diálogo de textos*, sendo evidente na literatura e estando presente também em outros tipos de texto. O trabalho intertextual pode referir-se a um gênero, a uma breve alusão, a uma paródia, a um signo ou conjunto de signos, pois todo texto faz parte de uma história de textos, é a continuação de textos anteriores.

O diálogo que se estabelece, através da intertextualidade, indica a presença de *vozes*, consoantes ou dissonantes, e permite que os locutores e enunciadoreis falem, façam-se ouvir, revelando pontos de vista acerca do mundo e posicionando-se diante da realidade.

Toda intertextualidade, mesmo aparentando constituir-se numa atividade lúdica, nunca é ideologicamente inocente, revelando sempre uma intenção e revestindo a palavra do outro de novas significações.

O conhecimento da intertextualidade é de grande importância para a construção do sentido, pois o texto não permite uma leitura ingênua, devendo-se voltar para ele um olhar intertextual, que, conforme Jenny é *um olhar crítico*.⁶

O fenômeno da intertextualidade foi teorizado por Bakhtin em seu ensaio *Problemas da Poética de Dostoiévski*, onde considera Dostoiévski o criador de um novo tipo de romance – o romance polifônico – caracterizado pela pluralidade de vozes: do narrador, das personagens e vozes sociais.

O aspecto inovador do estudo de Bakhtin está na análise do problema da pluralidade semântica a partir do significante. Assim, ele pesquisa a palavra como *unidade migratória* e como elemento de ligação entre múltiplos discursos, estudando

*a vida da palavra, sua passagem de um locutor a outro, de um contexto a outro, de uma coletividade social, de uma geração a outra. E a palavra nunca esquece seu trajeto, nunca se desembaraça totalmente do domínio dos textos concretos a que ela pertence.*⁷

Em decorrência, o escritor nunca encontra palavras neutras, puras, mas somente *palavras ocupadas, palavras habitadas por outras vozes*.

O texto, para Bakhtin, apresenta múltiplas *relações dialógicas* com outros textos, sendo, sob modalidades diversas, um intercâmbio discursivo, uma tessitura polifônica na qual confluem, se entrecruzam, se metamorfoseiam, se corroboram ou se contestam outros textos, outras vozes, outras consciências.

Fundamentando-se nos estudos de Bakhtin, Kristeva designou o fenômeno do dialogismo textual com o termo *intertextualidade*, afirmando que todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção ou transformação de um outro texto.⁸

Assim, entende-se por intertextualidade o trabalho constante de cada texto em relação aos outros, o imenso e incessante diálogo entre as obras. Cada obra surge como uma nova voz (ou um novo conjunto de vozes), que fará soar diferentemente as vozes anteriores, arrancando-lhes novas entonações.

Estudando a polifonia textual, Reyes afirma a respeito da intertextualidade: *“todo discurso faz parte de uma história de discursos: todo discurso é a continuação de discursos anteriores, a citação explícita ou implícita de textos prévios.”*⁹

O caráter citativo do discurso é manifestação de uma das ações fundamentais dos sistemas semiológicos: a possibilidade de o signo repetir-se. A obra literária, segundo a autora, constitui-se, por si mesma, como exercício de intertextualidade. Desde a alusão mais sutil até a repetição literal, em todo texto, há outros textos.

Há, na literatura, o que Genette chama *“transusão perpétua”* de textos¹⁰, considerada como uma intertextualidade interior, que inclui não só textos literários, mas também os sistemas descritivos, os mitos, os luga-

⁷ DAKHTIN, M. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. p. 263.

⁸ KRISTEVA, Julia. *Introdução à Semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

⁹ REYES, Graciela. *Polifonia Textual*. Madrid: Gredos, 1984.

¹⁰ GENETTE, Gérard. *Palimpsestes*. Paris: Seuil, 1982.

res-comuns, que fazem parte da competência lingüística e cultural dos falantes.

Koch, discutindo a noção de intertextualidade como um dos critérios ou padrões de textualidade apresentados por Beaugrande e Dressler, amplia a conceituação apresentada pelos autores, acreditando ser possível dar ao termo intertextualidade um sentido amplo e um sentido restrito. A autora considera que a intertextualidade em sentido amplo ocorre, sempre, de maneira implícita, enquanto a intertextualidade em sentido estrito pode dar-se explícita ou implicitamente. Em *sentido amplo*, Koch afirma que a intertextualidade “*se faz presente em todo e qualquer texto*” podendo ser denominada *interdiscursividade*.¹¹ Em *sentido restrito*, considera intertextualidade a relação de um texto com outros textos efetivamente produzidos¹², respaldando-se em Laurent Jenny, que reconhece a intertextualidade somente quando se encontram num texto elementos anteriormente estruturados, para além do lexema.

Do ponto de vista do sentido, é preciso destacar que todo texto é perpassado por vozes de diferentes enunciadores, caracterizando-se a linguagem humana como essencialmente polifônica.

As questões ligadas à intertextualidade influenciam tanto o processo de produção como o de compreensão de textos, apresentando consequências no trabalho pedagógico.

Desse modo, a intertextualidade revela-se fator importante na construção da *rede de relações* que é a textualidade. Para estudar a intertextualidade, é preciso, pois, analisar elementos do *co-texto* e do *contexto*. O co-texto refere-se ao contexto lingüístico, às marcas lingüísticas que assinalam a intertextualidade. O contexto refere-se à situação comunicativa sócio-política, cultural, histórica que faz com que um texto tenha um determinado sentido em um determinado momento.

Para captar a intertextualidade, é preciso ativar o *conhecimento de mundo*, aquele que está armazenado na memória, pela vivência, como também o *conhecimento partilhado*, que determina a estrutura informacional, e que, juntos, darão sentido ao texto.

A INTERTEXTUALIDADE COMO RECURSO DE ARGUMENTAÇÃO

A intertextualidade revela-se como recurso de argumentação sempre

KOCH, I. V. A Intertextualidade como Fator de Textualidade. In: *Lingüística Textual: Texto e Leitura*. São Paulo, EDUC, Cadernos PUC: 22, 1986. p. 40.

¹² Intertextualidade e Polifonia: um só fenômeno? *Revista D.E.L.T.A.*, São Paulo, 7(2), 1991. p. 532.

que a utilização da palavra do outro servir de argumento a uma tese que está sendo defendida.

Uma citação, uma alusão, um efeito de polifonia, uma paráfrase, uma paródia, uma apropriação são, entre outros, elementos capazes de se revelar argumentativos, auxiliando a determinar a orientação a ser dada na leitura ou na produção de textos.

Maingueneau considera que o intertexto é um componente decisivo das condições de produção, afirmando que um discurso constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição¹³.

A argumentação por autoridade já apontada por Aristóteles, no sentido da influência do caráter do orador¹⁴, assim como as palavras, os atos e os julgamentos do outro, usados como meio de prova em favor de uma tese, estudados por Perelman¹⁵, justificam a relação entre intertextualidade e argumentação.

As pesquisas de Ducrot voltadas para a argumentação ampliam ainda mais essa constatação, quando ele afirma que a argumentação está inscrita na língua, sendo, portanto, a autoridade polifônica e o raciocínio por autoridade reconhecidos como recursos de argumentação. A incorporação de vozes que o locutor faz ao seu discurso permite que, a partir dessas vozes, sejam tiradas conseqüências de asserções cuja responsabilidade não assume diretamente.

Para Ducrot, como também para Vogt¹⁶, a polifonia é um fato constante no discurso, ressaltando os autores que, através da leitura polifônica, vários fenômenos discursivos, como a pressuposição, a negação, o uso da forma verbal do futuro do pretérito, o emprego de certos operadores argumentativos, poderiam ser melhor estudados, uma vez que apontam a presença de outras vozes no discurso, que podem servir como argumentos favoráveis ou contrários às teses que estão sendo expostas.

A intertextualidade não se resume a uma simples presença do outro no texto, pois a escolha do intertexto já representa uma postura ideoló-

¹³ MAINGUENEAU, Dominique. *Initiation aux Méthodes de L'Analyse du Discours*. Paris: Hachette, 1976.

¹⁴ ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. de Antonio Pinto de Carvalho. Tecnoprint S.A., Coleção Universidade.

¹⁵ PERELMAN, CH. *Le champ de l'argumentation*. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1970.

PERELMAN, CH. OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de L'argumentation, la nouvelle rhétorique*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1983.

¹⁶ VOGT, Carlos. *O Intervalo Semântico*. São Paulo: Ática, 1977.

. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: HUCITEC, FUNCAMP, 1980.

gica. A seleção de uma citação já a transforma, o recorte no qual é inserida, as supressões que poderão ser operadas no seu interior, o modo como é tomada no comentário podem revelar a confirmação ou a negação do outro texto. Por isso, a intertextualidade não é uma mera adição de textos, mas um trabalho de absorção e transformação de outros textos, com vistas a determinados objetivos.

Na perspectiva pragmática, a linguagem é considerada como uma forma de ação, onde cada ato de fala, cada recurso utilizado tem em vista um objetivo. Assim, a intertextualidade presente no texto pode pretender atrair, persuadir, convencer, contestar.

Pode-se considerar que a seleção de um intertexto, deste ou daquele jornal, deste ou daquele autor, terá peso diferente, importando não só o que é dito, mas o tom com que é dito, podendo-se constituir um elemento de argumentação.

A utilização do recurso do *holofote*, destacando um determinado aspecto, amplificando, como recomenda Aristóteles, confirma a importância da seleção das citações, dos intertextos para, através deles, argumentar.

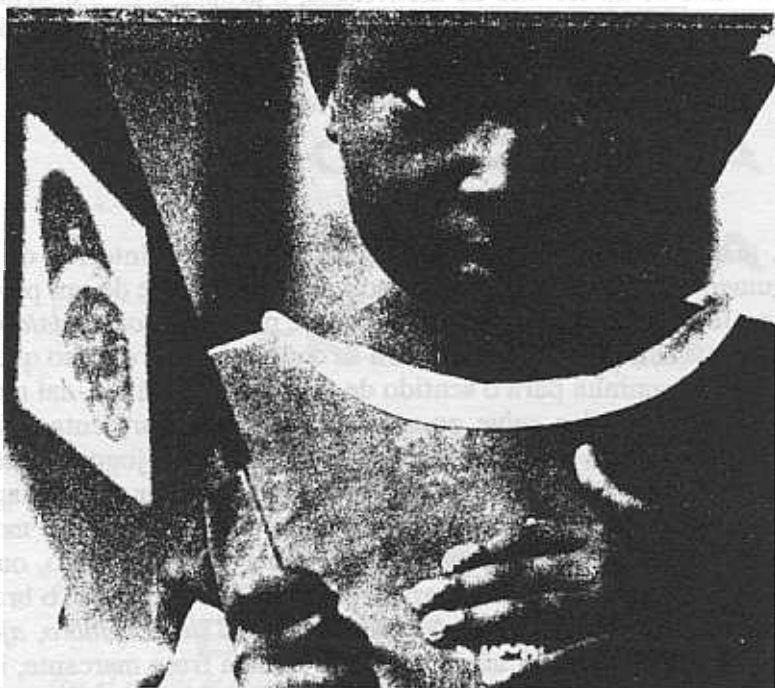
Nos textos jornalísticos, publicitários, no discurso político, observa-se, com frequência, a utilização do recurso da intertextualidade, para referir outras vozes, encaminhando-as no sentido da intencionalidade, soando como recurso de persuasão, revelando novas perspectivas, novos pontos de vista, afirmando ou negando, acolhendo ou refutando as outras vozes.

Relacionando intertextualidade e argumentatividade, Koch afirma que a intertextualidade constitui um dos poderosos fatores de textualidade, estando subjacente a ela, em maior ou menor grau, a argumentatividade.¹⁷

Na relação entre intertextualidade e argumentação, é preciso lembrar que, dependendo da intenção, o locutor recorrerá, explícita ou implicitamente, a outros textos conhecidos, a fim de encaminhar o sentido, a direção, as conclusões, o futuro discursivo do texto, enfim, o objetivo para o qual aponta.

UMA ANÁLISE

Na última campanha eleitoral para Presidente da República, foi possível constatar a frequência do recurso da intertextualidade, podendo ser observados seus objetivos e efeitos de persuasão, ou seja, sua força argumentativa.



Pátria amada, abandonada, salve, salve.

*Vamos tirar o Brasil do abandono. Seu voto é o seu grito de independência.
Dia 15 de novembro, ajude a collarir este país.*

Brasil Novo [O]

Collor

Texto 1 - Folha de São Paulo, 07/09/89.

O texto constitui-se em uma propaganda política, caracterizada pela comunicação persuasiva com fins ideológicos, ou seja, a conquista do poder.

Movendo-se no terreno da afetividade, a propaganda desperta emoções por ter sido veiculada no dia sete de setembro de 1989, data de aniversário da Independência do Brasil e parodiar o Hino Nacional Brasileiro:

*Pátria amada,
abandonada,
Salve, salve.*

A manobra argumentativa utilizada traz para o interior do texto um argumento incontestável, assegurado pela autoridade de um povo, refletida na letra do Hino Nacional. O jogo de palavras *idolatrada/abandonada*, com sua similitude fônica, revela-se como recurso retórico que atrai a atenção e encaminha para o sentido de abandono da pátria, daí a necessidade de salvá-la. *Salve, salve*, ao mesmo tempo que representa uma saudação, remete para a idéia de salvação, explorando o jogo polissêmico da palavra. *Vamos tirar o país do abandono* parece criar um contagiante clima de vitória, reunindo todas as aspirações coletivas naquele momento. *Seu voto é seu grito de independência* aponta para a solução, ou seja, através do voto neste candidato para presidente, você (o povo, o brasileiro) alcançará a independência. A fórmula *Dia 15 de novembro, ajude a collorir este país* equivale a um *slogan*, isto é, uma frase marcante, incisiva, atraente, um chamamento à participação, sintetizando o propósito de persuadir. O logotipo do *Movimento Brasil Novo* com a indicação dos partidos que dele fazem parte: PRN, PTR, PSC e PST, ao lado da indicação do nome do candidato *Collor*, equivalem a uma espécie de assinatura do texto. O aspecto icônico – um menino de cor negra, segurando a bandeira brasileira em uma das mãos e tendo a outra no peito – aponta a direção do sentido: reverência, respeito, ao mesmo tempo que se converte em símbolo da criança abandonada, ampliando-se para *Pátria amada, abandonada*.

Observando a propaganda através desses pontos de vista, o texto revela-se argumentativo, sendo que a intertextualidade é utilizada como recurso de argumentação.

Hoje, os tempos mudaram. O Hino Nacional é retomado com outro objetivo. Outras vozes se fazem ouvir...

Ó PÁTRIA AMADA

Que o país se torne uma nação no sentido amplo da palavra.

IDOLATRADA

Que a Câmara dos Deputados ouça o grito que vem das ruas.

SUBFATURADA

Que o povo sinta pela primeira vez que a justiça foi feita para todos.

ENLAMEADA

Que a decisão a ser tomada hoje

ANARQUIZADA

seja a resposta mais contundente que já demos

SAQUEADA

ao desmando e à desonestidade.

ESCRAVIZADA

Que os milhões de brasileiros que hoje vestem luto

ENGANADA

terminem o dia de verde e amarelo.

MACULADA

festejando o renascimento da nossa pátria amada, o Brasil.

SALVE! SALVE!



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

Participe da Vigília Cívica. A partir das 14h, acompanhe a votação do Impeachment em Brasília nos telões da Assembleia Legislativa. Apoio: Fórum Gaúcho Pró-Impeachment.

Texto 2 - Zero Hora, 29/09/92.

O estudo dos textos permite comprovar a relação existente entre in-

tertextualidade e argumentação, pois a ocorrência da intertextualidade visa a atrair a atenção, a fim de criar convicções e induzir à ação.

Transpondo essas observações para a prática pedagógica do professor, vê-se a necessidade do estudo da intertextualidade, pois, no trabalho diário da sala de aula, muitas vezes se intercalam, a do professor, a do aluno, a das autoridades invocadas, devendo-se observar que os recursos da intertextualidade têm uma função argumentativa. Relevante é, também, despertar a sensibilidade do aluno para ver que a intertextualidade está a serviço da intenção do texto, devendo-se identificar os enunciadores, atribuindo-lhes a responsabilidade do que é dito.

Outro aspecto a destacar é a importância de o aluno dominar os mecanismos discursivos para a produção de textos, observando as diferentes perspectivas dos enunciadores, utilizando as diversas *vozes* para tornar o texto mais argumentativo.

Assim, o estudo da intertextualidade deve ampliar-se na escola, vendo-a não só no texto literário, mas também nos textos jornalísticos, publicitários, nas letras de canções, nos quadrinhos, na televisão, promovendo a leitura crítica e também a produção crítica de textos, remetendo, ainda, para a leitura crítica do mundo.